

Leilão de bens na Administração Pública

PROFESSOR: GESSÉ FERREIRA DIAS



WWW.NEXTMENTORIAECAPACITAÇÃO.COM.BR

Professor Gessé Ferreira Dias



SOBRE

Graduado em: Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Possui 28 anos de experiência como servidor público Federal na área de Logística (gestão de patrimônio, gestão contábil e financeira; Licitação, Almoxarifado, COMPRAS, LEILÃO, desfazimento de bens)

com Especialização em Gestão Pública; Auditoria e Perícia Contábil; Gestão Estratégica de Pessoas; Processos Gerenciais. Oficial da Reserva do Exército do Serviço de Intendência

EXPERIÊNCIA

Gestão de Patrimônio para órgãos SIADS e não SIADS; Leilão de bens na Administração Pública; Gestão de Almoxarifado e Materiais. Fiscalização de contratos administrativos; Gestão de Imóveis SPIUNet. Gestão de pessoas, gestão financeira e orçamentária, licitações, fiscalização de contratos. Aperfeiçoamento em Gestão de Projetos, Gestão por Competências e Planejamento Estratégico; Gestão de Patrimônio Público; Gestão no SIADS, Materiais e Almoxarifado. Experiência em docência superior, atuando na UFMS, UFGD, UNIDERP, FETAC e PNAP/UAB – Tutor a Distância no Curso de Administração Pública da Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul. Colaborador da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) no curso Gestão de Materiais. Aprovado em 2006 para carreira no cargo de Analista Administrativo (Administração) do Ministério dos Transportes. Atualmente desempenha a Função de Chefe do Serviço de Contabilidade e Finanças no Executivo Federal. Experiência na operacionalização do SIAFI, SIADS, Contratos 4.0, Doações.gov; Compras Governamentais

Conteúdo Programático

CONCEITUAÇÃO

Conceito de Leilão: natureza, princípios e objetivos; Evolução legislativa: da Lei nº 8.666/1993 à Lei nº 14.133/2021; Leilão como modalidade de alienação (art. 6º, inciso XL e art. 76, inciso VI da Lei nº 14.133/2021); Distinção entre licitação de compra e licitação para desfazimento (alienação); Práticas ambientais, sociais e governança – na processo de leilão na Administração Pública.

PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO LEILÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS – PLANEJAMENTO DO PROCESSO:

Etapas da preparação ao leilão; Inventário quantitativo e qualitativo dos bens; Publicação dos editais e regras de ampla divulgação (arts. 54 e 55 da Lei nº 14.133/2021); Constituições de comissões; Etapa interna e externa; Instrução processual; Acompanhamento e controle do processo.

NORMAS APLICÁVEIS AO LEILÃO DE BENS PÚBLICOS

Requisitos legais para alienação de bens móveis e imóveis; Hipóteses de alienação por leilão (bens móveis antieconômicos, ociosos, irrecuperáveis); Dispensas e inexigibilidades ligadas à alienação de bens (art. 75 da Lei nº 14.133/2021); Regulamentações específicas e orientações de tribunais de contas.

AVALIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

Fundamentos da avaliação patrimonial conforme Decreto nº 9.373/2018; Procedimentos de avaliação; Identificação do bem; Classificação de estado de conservação; Métodos de avaliação: valor de mercado, valor residual, preço mínimo para alienação; Responsabilidades da Comissão de Avaliação; Elaboração do Laudo de Avaliação: conteúdo obrigatório.

PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DO LEILÃO

Etapas preliminares; Inventário e publicação da intenção de desfazimento; Aprovação da autoridade competente; Publicação dos editais e regras de ampla divulgação (arts. 54 e 55 da Lei nº 14.133/2021); Estrutura do edital de leilão; Condições de venda; Formas de pagamento; Obrigações dos arrematantes; Prazo mínimo de divulgação e publicidade.

Credenciamento e Contratação de Leiloeiros Oficiais.

Requisitos para atuação de leiloeiros; Regulamentação (Decreto-Lei nº 21.981/1932 e Código Comercial); Obrigatoriedade de credenciamento e seleção de leiloeiros no serviço público; Modalidades de seleção; Credenciamento prévio; Chamamento público (arts. 79 e 80 da Lei nº 14.133/2021); Contrato administrativo com leiloeiro; Direitos e deveres; Percentuais de comissão; Regras para prestação de contas.

REALIZE CONDUÇÃO DO LEILÃO AÇÃO.

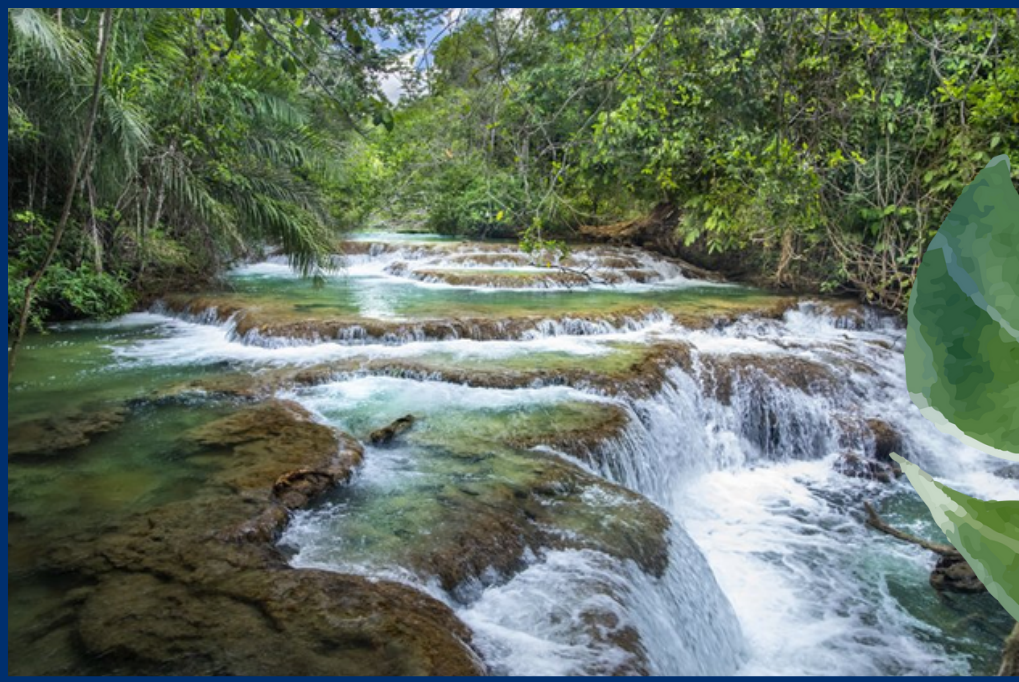
Fases do leilão; Pregão de abertura; Lances; Arrematação; Homologação do resultado; Formas de realização; Presencial; Eletrônico (uso de plataformas digitais oficiais); Lavratura da Ata de Leilão e emissão de Termos de Arrematação.

PÓS-LEILÃO: DESTINAÇÃO DE RECURSOS E REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL

Destinação dos valores arrecadados; Baixa de bens no sistema de gestão patrimonial (SIADS ou sistema equivalente); Comunicação aos órgãos de controle interno e externo; Sanções em caso de descumprimento de normas; Recebimento e ajustes da GRU; Entrega dos bens ao arrematante; Baixa dos bens.

ESTUDOS DE CASO E BOAS PRÁTICAS

Análise de casos reais de leilões públicos; Principais falhas apontadas por órgãos de controle (ex.: TCU, CGU); Estratégias para maximizar a eficiência e a transparência dos leilões; Manual de boas práticas para alienação de bens públicos; Aulas expositivas; Conversas dialogadas; Metodologia ativa;



BONITO MS

Entre os dias
08/09 a 10/09
ou
01/10 a 03/10

